

## Uma narrativa sobre o racismo em debate na casa do jornalista<sup>1</sup>

SILVA, Sandra Martins (Graduada em Comunicação Social)<sup>2</sup>  
Faculdades Integradas Hélio Alonso/Rio de Janeiro

**Resumo:** A proposta deste artigo é produzir uma narrativa sobre a mobilização racial negra para a inserção da temática racial na agenda política das entidades sindicais de jornalistas brasileiros. Esses grupos desenvolveram como estratégias ações conjuntas e a participação mais sistemática em eventos de abrangência nacional. Para compor esta narrativa de uma memória institucional, foram analisados os documentos disponibilizados nos sites das organizações sindicais. Percebeu-se a crescente necessidade do comprometimento e a atuação dos jornalistas, na tentativa de reverter a lógica do pensamento racista disseminado pela mídia, para que o país tenha efetivamente uma comunicação que valorize sua diversidade.

**Palavras-chave:** Jornalistas; Mídia; Mobilização racial negra; Entidades sindicais.

### Introdução

Os meios de comunicação, em particular, o jornalismo, exercem importante papel na formação de opinião pública, na alimentação do imaginário, na educação e na construção identitária da sociedade, e seus conteúdos são fonte de novos conhecimentos.

Ao mesmo tempo em que noticia, publiciza, entretém e educa; a mídia — produção cultural de massa e imprensa nacional — também pode determinar nova forma de exclusão social que afeta diferentes segmentos sociais através da veiculação de imagens estereotipadas ou da ausência de visibilidade. Xavier observa que:

[...] A reprodução de visões estereotipadas de homens e mulheres, negros e negras, e a valorização dos aspectos que identificam a cultura do branco como dominante, contribuem diretamente para a formação de uma sociedade racista e intolerante. Apesar de se constatar, hoje, uma maior presença do negro nos meios de comunicação. (XAVIER, 2013, p.12)

---

1 Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015.

2 Graduada em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, pela FACHA – Faculdades Integradas Hélio Alonso Bacharel em Jornalismo. Coordenadora da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro (Cojira-Rio). Jornalista e assessora de imprensa. E-mail: sandra3martins@gmail.com

A partir dos debates sobre o papel da imprensa e dos meios de comunicação quanto ao racismo e da percepção de que o jornalismo pode ser um instrumento que serve tanto para reforçar o preconceito quanto para promover a igualdade, os jornalistas negros levaram essa discussão para a agenda do movimento negro. “Essa mudança teve significativa contribuição dos jornalistas negros e antirracistas organizados em seus sindicatos.” (CARRANÇA, 2012, p. 152).

Entretanto, a temática étnico-racial ainda não integra a agenda política das entidades sindicais, apesar de ter sido iniciada, a partir de 2000, certa mobilização que gerou, em 2004, a introdução desta discussão no 31º Congresso Nacional de Jornalistas da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ) e nos subsequentes.

Por ser um campo de pesquisa que apresenta lacunas, este trabalho tem como objetivo produzir uma narrativa sobre a mobilização racial negra para a inserção da temática racial na agenda política das entidades sindicais de jornalistas por meio de ações conjuntas e na participação mais sistemática junto à instituição e nos encontros nacionais. Pretende-se também pontuar a necessidade do comprometimento e atuação dos jornalistas para reverter a lógica do pensamento racista até então divulgado pela mídia. Nossa hipótese é de que esta reflexão possa colaborar na efetiva construção do debate para a democratização dos meios de comunicação.

Como metodologia, utilizou-se a pesquisa documental, tendo como referência os documentos — atas, teses, cartas dos eventos — disponibilizados nos sites da FENAJ e de suas entidades sindicais associadas.

### **Sindicalismo antirracista**

O debate no meio sindical demorou a acontecer, em especial no dos jornalistas brasileiros que se dedicaram por muitos anos às questões trabalhistas. O movimento sindical brasileiro — e todas as suas tendências — teve como modelo de trabalhador o homem branco e europeu, ou seja, refletiam o pensamento social brasileiro de ignorar os “problemas relacionados à discriminação pela cor da pele que prejudicam o acesso ao mercado de trabalho e a mobilidade profissional dos(as) jornalistas negros(as)” (CARRANÇA, 2012). Não é à toa que a questão racial não encontrava espaço nas agendas políticas, tanto das entidades sindicais quanto das organizações de esquerda brasileira, com grande influência no movimento sindical. (NOGUEIRA, 1996; CARRANÇA, 2012; XAVIER, 2013). De acordo com Xavier:

[...] o velho temor de que as particularidades e diferenças provocassem divisões e enfraquecimento do movimento operário, motivo pelo qual se escudavam as centrais sindicais em relação à discriminação racial, foi perdendo força diante dos dados estatísticos e das denúncias dos trabalhadores negros no mercado de trabalho. As centrais passaram então – por meio de muita mobilização com debates, pressão e articulação de sindicalistas negros – a abordar temas como gênero e racismo, para além das questões salariais. (SILVA, 2009, apud XAVIER, 2013, p. 41)

No final da década de 1970, com o processo de luta pela redemocratização do país, o movimento sindical reaparece no cenário político brasileiro como parte da luta de amplos setores da sociedade. Esse momento coincide com a reorganização do movimento antirracista, conhecido como Movimento Negro Unificado. Entretanto, o movimento sindical não percebeu a importância política e o valor estratégico em se aliar a defesa dos direitos trabalhistas com a luta contra a discriminação racial (CARRANÇA, 2013; NOGUEIRA, 1996; XAVIER, 2013).

A mobilização contínua impulsionou o Brasil a ratificar a assinatura de documentos internacionais que tratavam da discriminação no emprego e na profissão (Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho – OIT). Em 1995, as três centrais sindicais brasileiras se unificaram e criaram o Instituto Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR) tendo como objetivo subsidiar os movimentos sindical e sociais na luta pela igualdade de oportunidades nas relações de trabalho com a elaboração de cláusulas antidiscriminatórias que, junto com as cláusulas econômicas e sociais, deveriam constar dos processos de negociação coletiva (NOGUEIRA, 1996; CARRANÇA, 2012; XAVIER, 2013).

Com o amadurecimento das relações entre o movimento negro e o movimento sindical, as questões raciais deixaram de ser tema periférico no rol das políticas sociais. Nogueira afirma que:

[...] A unidade entre o sindicalismo, os movimentos anti-racistas, de mulheres, dos ecologistas, a ampliação do espectro de ação até os desempregados, isto tudo é indispensável para o movimento. (...) É necessário acentuar que, se não houver consciência de que o conflito é mais amplo e profundo, o movimento sindical ficará ainda mais restrito aos seus limites corporativos. (NOGUEIRA, 1996, p. 212)

Tal como ocorria em outras categorias profissionais, a dos jornalistas também foi instada ao debate, que já acontecia de forma sazonal. Não era incomum que profissionais de comunicação apontassem a mídia como produtora e reprodutora do racismo, que impõe aos negros desigualdades crônicas na formação acadêmica e na qualificação de sua mão de obra para um mercado reservado. Para contar sua versão dos fatos, foi criada uma imprensa negra: mesmo que, ao longo de sua história, a partir do período pré-abolicionista, não tenha tido a ressonância merecida, ela construiu outros pensamentos, personagens, olhares, profissionais, leituras, discussões sobre a necessidade de se conquistar a pluralidade e a igualdade racial dentro da comunicação (GOMES, 2005; PINTO, 2010; FREITAS, 2009; MOREL e BARROS, 2003; XAVIER, 2013).

### **Os rumos do movimento**

Com a apresentação da tese conjunta no 31º Congresso Nacional de Jornalistas, em João Pessoa, no ano de 2004, foi dada a largada para que os três grupos — paulista, gaúcho e carioca — se preparassem para sensibilizarem seus parceiros locais e regionais a os apoiarem nos debates nacionais. O objetivo era

[...] ampliar o debate nos marcos do jornalismo e do espaço sindical e dar visibilidade a eventos, situações, ações, práticas, discussões e rotinas, abrindo espaço para a construção de uma outra tradição no modo de se fazer jornalismo, que leve em conta a pluralidade e igualdade raciais. (XXXI Congresso Nacional dos Jornalistas - João Pessoa-PB, 2004)

O convite para construção desse documento foi feito pelo grupo gaúcho, por meio da jornalista Santa Irene Lopes, da coordenação do Núcleo de Jornalistas Afro-brasileiros. Paralelo a esse processo, de quatro a cinco meses de duração — debates internos, trocas de emails, produção de minutas e texto final —, eram elaboradas as teses a serem apresentadas nos congressos regionais, quando também elegeriam os delegados para o nacional. Posteriormente, esses documentos seriam enviados à entidade promotora do congresso para sua sistematização, adequações, revisões e impressões.

A tese teve como fundamento dar visibilidade às questões étnicas nos meios de comunicação e no mercado de trabalho. Ao apresentar dados quantitativos da situação de desigualdade dos trabalhadores negros, também observados no universo da imprensa,

comprovou-se que homens e mulheres negras estavam sub-representados na estrutura ocupacional e com limitadas possibilidades de ascensão profissional.

A partir disso, os integrantes desses coletivos passaram a investir na participação dos eventos bianuais da federação com a apresentação de teses ou na transversalização do recorte de gênero e raça nos documentos a serem defendidos: congressos e encontros de assessorias de jornalistas de assessorias de comunicação.

Na cidade de Ouro Preto (MG), em 2006, ocorreu o 32º Congresso Nacional de Jornalistas. Dois pontos merecem destaque neste evento: a apresentação de duas teses — *(In)formação para as questões étnico-raciais tanto para jornalistas como para acadêmicos de Comunicação*, pelo Núcleo; e *Justiça e desenvolvimento para Negras e Negros no jornalismo*, pela Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira) do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro (SJPMRJ) —, e a produção do I Painel de Jornalistas Afro-brasileiros. Por ter sido este painel temático o estopim para difusão das propostas da rede Cojira/Núcleo, serão abordados alguns aspectos sobre o processo de construção desta atividade:

- ✓ todas as salas das oficinas eram próximas e aconteciam concomitantemente à plenária. Para chamar a atenção, a equipe utilizou como recursos sensibilizadores: exibição de vídeos da campanha “Onde você guarda seu racismo?”;
- ✓ ambiência na entrada da sala com exposição de banner do evento e painéis com cartazes, calendários, jornais e revistas negros;
- ✓ foram disponibilizados, em uma mesa, jornais negros, artigos, folhetos de organizações negras, indicações bibliográficas sobre relações raciais; capítulo sobre Comunicação no Plano de Durban. Como palestrantes: Rosane Borges, da Cojira-SP, Jeanice Ramos, do Núcleo de Jornalistas Afro-brasileiros, Sandra Martins, da Cojira-Rio (SILVA, 2012).

Na ocasião, 24 pessoas assinaram a lista de inscrição. A organização achava que aquela oficina era a de menor ibope. Após visitar as oficinas vizinhas, a surpresa: havia salas com menos de 10 participantes. Outros momentos que demarcaram o sucesso dessa iniciativa foram debates que ultrapassaram, em muito, o término previsto para seu encerramento e as novas parcerias que propiciaram convites para palestras em Pelotas (RS), São Paulo (SP) e para o lançamento de novas Cojiras em Maceió (AL) e no Distrito Federal no ano subsequente.

Em 2007, a cidade de Vitória (ES) sediou o Congresso Extraordinário dos

Jornalistas, cujos documentos fazem referência à questão negra em dois momentos: no Regimento Interno, Capítulo II – Da Conduta, Artigo 6º, Inciso XI, o jornalista tem o dever de “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial número que se refere às crianças, adolescente, mulheres, idosos, negros e minorias.” (FENAJ, 2007); e a moção de repúdio contra os veículos de comunicação do Estado do Espírito Santo no trato dos conflitos de terras envolvendo a empresa Aracruz Celulose e as comunidades indígenas e quilombolas no Norte capixaba.

Realizado no ano de 2008, em São Paulo, o 33º Congresso Nacional de Jornalistas contou com mais novos integrantes para a rede Cojira/Núcleo: Alagoas, Distrito Federal, Paraíba e Bahia. Iniciaram-se as articulações para a criação de uma representação junto à FENAJ, que foi regulamentada em 2010 com a criação da Conajira – Comissão Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial. A aprovação desse órgão foi deliberada no II Encontro das Cojiras e Núcleo, que é composto por titular e suplente, cujos nomes escolhidos pelos integrantes da rede Cojira/Núcleo são submetidos à federação. Entre as suas tarefas, o estímulo para a ampliação de outras comissões junto às entidades sindicais e, como ressalva Carraça:

[...] A construção de uma pauta nacional de atividades a serem desenvolvidas pelos jornalistas para o combate ao racismo, pela equidade de gênero e pela promoção da igualdade racial. (CARRANÇA, 2012, p. 176).

Na cidade de Porto Alegre, em 2010, o Núcleo apresenta duas teses no 34º Congresso Nacional de Jornalistas: *A Mídia Contribuindo para uma Nação Igualitária e o Exercício da Desconstrução do Racismo nos Meios de Comunicação e no Meio Sindical*; e *Mulheres Jornalistas Lutam contra a Violência de Gênero, Imagem Estereotipada e pela Democratização na Comunicação*. Na Carta de Porto Alegre, além das lutas sindicais específicas, há o comprometimento do combate ao racismo e da promoção de políticas de equidade de gênero, raça e etnia na organização da categoria e na produção jornalística. Foi incluída no texto geral, entre outros itens, a comunicação como um direito, um bem público que deve respeitar o processo das diferenças dos brancos e dos negros, da diversidade sexual; que se deve haver respeito ao processo cultural do país e às diferenças de classes (FENAJ, 2010).

No 35º Congresso Nacional de Jornalistas, no Acre, em 2012, houve três moções

de apoio aos indígenas — polêmica sobre a destruição do Museu do Índio pelo governo do estado do Rio de Janeiro devido às obras dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016. Na Carta de Rio Branco, reafirmam o compromisso dos jornalistas brasileiros com a promoção da igualdade de gênero e étnico-racial, entendendo que os grupos sociais historicamente discriminados têm o direito de desfrutar do binômio justiça e desenvolvimento.

O dia 2 de abril de 2014 tornou-se um marco histórico para jornalistas que defendem o combate ao racismo. Nessa data, Maceió sediou o I ENJIRA — Encontro Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial —, que antecedeu o 36º Congresso. Pela primeira vez na história da FENAJ, a temática racial teve arena privilegiada: abriu um congresso de porte internacional e entrou na programação dos painéis de debates da plenária. A Carta do encontro apresentou 12 propostas divididas nos eixos de formação profissional, atuação sindical e democratização da comunicação. No congresso, foram defendidas duas teses do Rio de Janeiro: uma pelo município, *Inclusão e atualização da autodeclaração étnico-racial nos cadastros de jornalistas da Fenaj e no das entidades sindicais*; e outra pelo estado, *Do debate à ação – equalização de oportunidades para jornalistas negros nos meios de comunicação*.

Dos Encontros Nacionais de Jornalistas de Assessorias de Imprensa (ENJAIs), anteriormente nominados de Comunicação, os registros ainda são restritos. Segundo a pesquisa “Perfil do Jornalista Brasileiro”, realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina, com o apoio da FENAJ, 40,3% dos jornalistas brasileiros atuam em assessoria de imprensa. A fragilidade nas relações de trabalho impõe muita sensibilidade e comedimento para trazer a temática racial para a mesa de negociações, pelo menos é o que se apreende ao se analisar os documentos dos ENJAIs disponibilizados no site da federação.

No 16º ENJAC, em 2007, no Ceará, houve somente uma recomendação, por meio de Moção de Compromissos com os Afro-Brasileiros, para que os assessores de imprensa repensassem as “[...] diferenças *etno-raciais* (sic), para que tenhamos profissionais motivados pela solidariedade humana, consciência social, repúdio ao preconceito de toda ordem e às práticas de discriminação” (FENAJ, 2007, grifo nosso).

Na 17ª versão do encontro de jornalistas, em Goiás, no ano de 2009, constam dois destaques: o primeiro é a moção de recomendação — que contempla as demandas da rede Cojira/Núcleo e que faz referência às denúncias de racismo institucional existentes nas Assessorias de Imprensa (FENAJ, 2009). — e o segundo é a tese de nº 11

do sindicato de Minas Gerais, com o tema *Novas Tecnologias e o novo papel do jornalista nas assessorias de comunicação*. O documento faz menção ao relatório da Hutchins Commission, de 1947, que resumia as exigências que os meios de comunicação teriam de cumprir e da responsabilidade social dos que escolheram a mídia como atividade profissional e empresarial. No item 3, a mídia deveria “Retratar a imagem dos vários grupos com exatidão, registrando uma imagem representativa da sociedade, sem perpetuar os estereótipos.” (FENAJ, 2009).

Em 2011, o 18º ENJAC, realizado no Rio Grande do Norte, apresenta três destaques: o lançamento da Campanha Nacional de Autodeclaração Racial e Étnica dos Jornalistas, que visa subsidiar a luta por políticas de igualdade racial no mercado de trabalho; a divulgação Relatório sobre Violência e Liberdade de Imprensa no Brasil, que apresenta denúncias de violências contra jornalistas, sendo uma delas de racismo contra uma jornalista negra; e a tese nº 20 do Núcleo do RS: *A valorização da Assessoria de Imprensa junto aos movimentos sociais e sindicais*.

A caminhada para aprofundar a discussão no mundo da comunicação parece lenta, considerando-se como marco inicial o ano de 1833, quando o empresário e jornalista Paula Brito, do Rio de Janeiro, abordava a eliminação do preconceito de cor no país em seu jornal, *O Mulato*.

### **Uma rede em construção**

O movimento da rede Cojira/Núcleo tem buscado fortalecer e ampliar os espaços para o debate racial na agenda política do movimento sindical de jornalistas. Por ser uma negociação constante, implica em desgastes, ou fluxos e refluxos: maior ou menor visibilidade nas ações, desenvolvimento de estratégias para conquista de novos quadros e diálogo com os antigos. Tais questões sinalizam possibilidades de estudos.

Das ações promovidas em uma perspectiva de rede, a Cojira/Núcleo participou da Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação e nas rodadas estaduais; contribuiu para a atualização do novo código de ética em vigor a partir de 2007; participou das Audiências Públicas da Empresa Brasileira de Comunicação no Distrito Federal e no Rio de Janeiro; deu subsídios para os debates sobre novas Diretrizes Curriculares do Jornalismo; e de todas as etapas da Conferência Nacional de Comunicação.

A FENAJ, através de articulação da Conajira, integrou o Conselho Nacional de



Políticas de Igualdade Racial (CNPIR) para o biênio 2010 a 2012. A federação e a ONU Mulheres — entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (antes Unifem) — assinaram o Memorando de Entendimento, em agosto de 2010. Dessa agenda de trabalho conjunta, criou-se um curso para a formação de jornalistas e estudantes de Jornalismo na temática de gênero, raça e etnia; produziu-se uma publicação didática e ministrou-se o curso em nove estados — Alagoas, Amazonas, Ceará, Pará, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A rede Cojira/Núcleo atualmente é constituída de nove coletivos. Em 2001, foi criado, no Rio Grande do Sul, o Núcleo de Jornalistas Afro-brasileiro, para atender às demandas do Comitê Afro-brasileiro no Fórum Social Mundial. O Sindicato gaúcho recebeu denúncias de que jornalistas negros do Brasil, e de várias partes do mundo, enfrentavam barreiras para veicular suas reportagens e dar visibilidade as suas ações antes e durante o evento. Uma das pautas permanentes do Núcleo é a discussão das questões da etnia nos meios de comunicação. O site do sindicato divulga as ações do grupo.

A Cojira-SP foi constituída em 2001. Entretanto, o primeiro nome havia sido Comitê Permanente de Jornalistas Negros. A troca de denominação se deu para evitar que houvesse algum obstáculo para que não negros participassem do coletivo (CARRANÇA, 2012, p. 158). A comissão participa de ações no âmbito do jornalismo e nas questões de caráter mais geral. Acompanha com olhar crítico o noticiário relacionado à questão racial e estimula a capacitação dos profissionais para que tenham uma melhor compreensão dessa questão. O site do sindicato faz menção à missão e objetivos da comissão.

Em 2003, jornalistas interessados nessa discussão contatam a Cojira paulista para pedir autorização para usarem a mesma denominação. A Cojira-Rio lida com questões relacionadas com a discriminação racial no mundo do trabalho secundado pela educação. Entre as ações, destacam-se: o incentivo à difusão e instalação de fóruns similares em todas as entidades sindicais; a organização de seminários anuais sobre a questão do negro e da mídia no Dia Internacional da Declaração Universal dos Direitos Humanos; a produção de três edições do Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento — uma intervenção na produção de conteúdo jornalístico das redações comerciais e/ou comunitárias/alternativas de todo o território nacional, e o apoio à produção do Rio Afro

— e quadro radiofônico na Rádio Nacional. Tem espaço de divulgação no site do sindicato.

Criada em 2007, a Cojira-AL tem como missão contribuir para o debate e a reflexão sobre a realidade dos cidadãos afrodescendentes e os mecanismos utilizados pelos meios de comunicação nas abordagens sobre a temática negra. O grupo produz conteúdo para um blog, cujo link é divulgado no site do sindicato, além de uma coluna semanal (Axé) publicada no jornal Tribuna Independente (COJIRA-AL, 2008).

Desde 2007, a Cojira-DF assume um compromisso de classe na defesa dos princípios da cidadania, da ética, da valorização da diversidade e da igualdade de oportunidades. A comissão discute propostas e estratégias para combater a discriminação, parcerias para programas de ação afirmativa, monitoramento da mídia, entre outros. Também mantém um blog (COJIRA-DF, 2008).

A Cojira paraibana é um órgão consultivo e executor de ações relacionadas à questão racial do Sindicato dos Jornalistas da Paraíba. Entre os seus objetivos, está o de agregar valores para uma política de defesa dos jornalistas negros e negras.

Criada em 2008, sob inspiração dos coletivos gaúcho, paulista e carioca, a Cojira-BA teve participação ativa nas etapas da Conferência Estadual de Comunicação da Bahia. Esse núcleo praticamente se desativou no ano seguinte. Com o esvaziamento paulatino da comissão e o processo eleitoral em 2010, a nova diretoria criou a Diretoria de Relações de Gênero e Promoção da Igualdade Racial da Bahia. Entre os objetivos: a articulação e a promoção de debates sobre a participação e a discriminação da mulher jornalista e do jornalista negro no ambiente do trabalho e na sociedade, com vistas à igualdade de gênero e raça.

Em 2013, as articulações envolvendo a produção e divulgação da 3ª edição do Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento foram o incentivo que faltava para o a criação de mais uma comissão na rede. O grupo Cojira-MT está em organização.

No Espírito Santo, em 2014, foi instalada a Cojira capixaba com seminário tendo entre os palestrantes uma representante da Cojira do município do Rio de Janeiro.

## **Considerações Finais**

Este artigo produziu uma narrativa que abrangesse a mobilização racial negra

para inserir a temática racial na agenda política de entidades sindicais de jornalistas brasileiros; bem como mostrar o panorama de uma participação mais sistêmica junto a FENAJ, seus associados e nos encontros nacionais.

Percebeu-se também a crescente necessidade do comprometimento e a atuação dos jornalistas — independentemente de sua etnia/raça —, como visto no desenvolvimento do trabalho, na tentativa de reverter a lógica do pensamento racista disseminado pela mídia.

Em contrapartida, o debate no meio sindical demorou a acontecer, em especial no dos jornalistas brasileiros que se dedicaram por muitos anos às questões trabalhistas. O movimento sindical ainda reflete o pensamento social brasileiro embasado em uma perspectiva eurocêntrica, que não é diferente da visão dos meios de comunicação sobre as questões raciais.

O próprio movimento social negro, que apesar de sempre ter construído suas mídias como ferramentas, não percebera a comunicação por um viés politizado. Por outro lado, a incitação dessa mobilização junto à academia provocou também a ampliação de pesquisas sobre as questões raciais em todas as áreas de conhecimento. Essas articulações, entre esses dois campos, deram suporte para que os comunicadores negros desenvolvessem seus debates e ampliassem sua produção com maior engajamento. Paralelamente, com o amadurecimento das relações entre o movimento negro e o movimento sindical, as questões raciais deixaram de ser tema periférico no rol das políticas sociais.

Embora tenha havido esse reconhecimento do movimento negro com o apoio aos jornalistas negros, que construíam e falavam sobre comunicação, ainda há muito que fazer e de se caminhar para que o país tenha efetivamente uma comunicação que valorize sua diversidade. Com a mobilização dentro das entidades sindicais, que dialoga com o mercado formal, a discussão ampliou-se para vários estados através de congressos, apesar de somente nove dos trinta e um sindicatos filiados à FENAJ manterem comissões em prol da igualdade racial.

Como subsídios para reflexões, destacam-se: fomento à inserção de jornalistas negros e negras no mercado de trabalho; enraizamento dos debates sobre as questões raciais nas entidades sindicais, nos veículos de comunicação e na formação de futuros profissionais. É interessante, também, que a área acadêmica atente para os congressos como campos de pesquisa, principalmente no que tange à temática étnico-racial.

Na defesa de haver mais pesquisas sobre o tema abordado, espera-se que este artigo

sirva como uma colaboração tanto na reflexão, nessa perspectiva, como um contributo à construção do debate para a democratização dos meios de comunicação.

## Referências

BASTHI, Angélica (org.). **Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia**. Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais-1/catalogo/orgao-essenciais/secretaria-de-politica-para-mulheres/programa-interagencial-de-promocao-da-igualdade-de-genero-raca-e-etnia/guia-para-jornalistas-sobre-genero-raca-e-etnia>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BERGAMO, Alexandre; LIMA, Samuel; MICK, Jacques (Coord.). **Quem é o jornalista brasileiro?** Perfil da pesquisa da profissão no país. Síntese dos principais resultados. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC em convênio com a FENAJ. DF: 2012.

CARRANÇA, Flávio; BORGES, Rosana (orgs.). **Espelho Infiel – O negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, Cojira, 2004.

\_\_\_\_\_. **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF : ABPN, 2012.

COMISSÃO DE JORNALISTAS PELA IGUALDADE RACIAL DE ALAGOAS — COJIRA-AL. Coluna Axé. **Sindijornal**. Alagoas, 13 maio 2008. Disponível em: <<http://www.cojira-al.blogspot.com.br/>>. Acesso em: dia mês ano.

COMISSÃO DE JORNALISTAS PELA IGUALDADE RACIAL DO DISTRITO FEDERAL — COJIRA-DF. [Blog]. Distrito Federal, 2008. Disponível em: <<http://www.cojiradf.wordpress.com>>. Acesso em: dia mês ano.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS — FENAJ. **Ata das plenárias do 34º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado no Centro de Convenções do Hotel Plaza São Rafael, em Porto Alegre (RS), de 18 a 22 de Agosto de 2010**. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/congressos.php>>. Acesso em: dia mês ano.

\_\_\_\_\_. **Ata da plenária final do 17º Encontro Nacional de Jornalistas em Assessoria de Comunicação, Realizado em Goiânia, de 01 a 03 de outubro de 2009**. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/enjacs.php>>. Acesso em: dia mês ano.

\_\_\_\_\_. **Carta de Fortaleza** [carta]. XVI Encontro Nacional de Jornalistas em Assessoria de Comunicação, Fortaleza (CE), 29 de março a 1º de Abril de 2007. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/enjacs.php>>. Acesso em: dia mês ano.

\_\_\_\_\_. **FENAJ disponibiliza texto atualizado do Código de ética**. 17 set. 2007. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>>. Acesso em: dia mês ano.

FREITAS, Jorge Roberto. **Imprensa negra: a trajetória visível**. 1. ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

GOMES, Flávio Santos. **Negros e política (1888 – 1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NOGUEIRA, João Carlos. A discriminação racial no trabalho sob a perspectiva sindical. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

PEREIRA, Helciane Angélica Santos. **Jornalistas e igualdade racial**. 10 abr. 2014. Disponível em: <http://premioabdiasnascimento.org.br/w/noticias-do-premio/318-10-04-jornalistas-e-igualdade-racial>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SILVA, Sandra Martins. **Democracia & Racismo: 36º Congresso de Jornalistas termina em Maceió**. Observatório da Imprensa. Edição 794, 15 mar. 2014. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed794\\_36\\_congresso\\_de\\_jornalistas\\_termina\\_em\\_maceio](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed794_36_congresso_de_jornalistas_termina_em_maceio)>. Acesso em: 20 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Sindicalismo e Anti-racismo - Sem dados, a realidade é mascarada**. Observatório da imprensa. Edição 408, 21 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/sem-dados-a-realidade-e-mascarada>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

SOUSA, Cecília Bizerra. **Comunicação e igualdade racial: Atuação de movimentos negros na 1ª Conferência Nacional de Comunicação**. 2014. 211 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

XAVIER, Julliana Lopes Bento. **A Imprensa negra e as Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial: o combate ao racismo nos meios de comunicação**. 2013. 96 f., il. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social)—Departamento de Jornalismo — Faculdade de Comunicação — Universidade de Brasília, Brasília, 2013.